

SUMÁRIO

1

O EFEITO INTERGERACIONAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS À LIBERDADE: A CONTRIBUIÇÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL DA ALEMANHA À PROTEÇÃO CLIMÁTICA.....	15
---	-----------

Gerd Winter

Resumo	15
1. Introdução	16
2. Admissibilidade.....	18
3. Mérito	21
3.1. O direito à saúde.....	21
3.2. O direito à propriedade	24
3.3. Alcance externo dos direitos fundamentais.....	24
3.4. Direitos à liberdade.....	25
4. Comentários	32

4.1. Estilo do texto.....	32
4.2. Mensagens centrais	32
4.3. Epistemologia constitucional	34
4.4. Separação de poderes	34
4.5. Reações políticas	35
4.6. Transnacionalismo do judiciário	35
4.7. Comentário final	37
5. Observação dos coautores.....	37

2

INTRODUÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	39
--	-----------

3

PRINCÍPIO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO.....	43
---	-----------

4

PRINCÍPIO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE SADIO.....	49
---	-----------

5

PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	55
--	-----------

6

PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	61
1. Conceito de sustentabilidade.....	61

2. Conceito de desenvolvimento	63
3. Conceito de desenvolvimento sustentável.....	65
4. O desenvolvimento sustentável na Declaração de Estocolmo/1972	69
5. O desenvolvimento sustentável no Relatório Brundtland da ONU/1987	70
6. O desenvolvimento sustentável na Declaração Rio de Janeiro/1992..	71
7. A Declaração de Nova Delhi: princípios de direito internacional relativos ao desenvolvimento sustentável/2002	74
8. O desenvolvimento sustentável e a Conferência de Berlim sobre cursos de água internacionais/2004	74
9. O desenvolvimento e a decisão da Corte Permanente de Arbitragem, no caso “Ferrovia Reno de Ferro” (Iron Rhine Railway – Ijzeren Rijn)/2005	76
10. Conclusão	79

7

PRINCÍPIO DO ACESSO EQUITATIVO AOS RECURSOS NATURAIS

1. O acesso aos recursos naturais	81
2. A equidade no acesso aos recursos naturais	83
3. A equidade no acesso aos recursos naturais e as futuras gerações	84
4. O acesso aos recursos naturais, as convenções internacionais e os direitos nacionais.....	84
5. Conclusão	86

8

PRINCÍPIOS USUÁRIO-PAGADOR E POLUIDOR-PAGADOR

87

9

PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO	95
1. Conceito geral de prevenção.....	97
2. O dano a ser prevenido	101
2.1. Proteção do meio ambiente frente a outros bens	101
2.1.1. A sentença arbitral Fundição de Trail e o meio ambiente na conceituação da Corte Internacional de Justiça	101
2.1.2. O projeto “prevenção dos danos transfronteiriços resultantes de atividades perigosas” da Comissão de Direito Internacional - CDI.....	103
2.2. A existência de norma jurídica protegendo, expressamente ou implicitamente, o meio ambiente.....	106
2.3. A probabilidade de que uma ação ou uma omissão possam causar danos ao meio ambiente.....	107
2.4. A intensidade ou qualidade do dano a ser levada em conta...	108
3. Procedimentos administrativos da prevenção	109
3.1. Estudo de impacto ambiental.....	109
3.1.1. O estudo de impacto ambiental no direito comparado e internacional	109
3.1.2. O estudo de impacto ambiental no direito brasileiro....	110
3.2. A autorização de órgão público como instrumento de prevenção.....	113
3.2.1. A previsão da atuação das constituições na prevenção do dano ambiental	113
3.2.2. Autorização ambiental e discricionariedade.....	114
3.3. Fiscalização contínua	115
4. Correção na fonte	118
5. Conclusão	119

10

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO	121
1. A introdução do princípio da precaução no direito ambiental	121
2. Princípio da precaução na Declaração do Rio de Janeiro/1992	123
3. O princípio da precaução nas convenções internacionais	126
4. O princípio da precaução na jurisprudência comparada	128
4.1. O princípio da precaução e as radiações nucleares	128
4.2. O princípio da precaução e a captura e caça ou a extinção de <i>habitats</i> de animais em perigo de extinção	128
4.3. O princípio da precaução e a Engenharia Genética	130
5. O princípio da precaução no direito comparado	132
5.1. Direito Alemão	132
5.2. Direito Francês: o caso da “encefalopatia espongiforme bovina” e o princípio da precaução na Carta Constitucional Ambiental.....	133
5.3. Direito Norte-Americano.....	136
6. O princípio de controle do risco instaurado pela Constituição do Brasil: uma maior amplitude do princípio da precaução	138
7. Características do princípio da precaução	140
7.1. Incerteza do dano ambiental	140
7.2. Tipologia do risco ou da ameaça	142
7.3. O custo das medidas de prevenção	143
7.4. Implementação imediata das medidas de prevenção: o não adiamento.....	144
8. Elementos psicossociais do princípio da precaução	145
8.1. A ignorância e o princípio da precaução.....	145

8.2. O medo e o princípio da precaução.....	147
8.3. O tempo, a deliberação e o princípio da precaução	148
8.4. A coragem, a ousadia e o princípio da precaução.....	150
9. Princípios constitucionais da administração pública	151
10. A inversão do ônus da prova.....	152
10.1. Quem deve provar	152
10.2. O que provar e o ônus da prova	153
11. O estudo prévio de impacto ambiental e a aplicação do princípio da precaução: diagnóstico do risco ambiental.....	156

11

PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO	161
-------------------------------------	-----

12

PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL	165
--	-----

1. Textos internacionais sobre a informação ambiental	165
---	-----

13

PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO	173
--	-----

1. Introdução	173
2. Organizações não governamentais – ONGs.....	176
3. Participação na formação das decisões administrativas	180
4. Participação nos recursos administrativos nos julgamentos administrativos.....	186

-
5. Participação no século XXI e instituição do plebiscito ambiental.... 187
6. Participação nas ações judiciais ambientais 188

14

PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO 191

1. As constituições nacionais e a intervenção dos estados..... 192
2. Função gestora dos estados: meio ambiente como bem de uso comum do povo 194
3. Novas ideias de gestão ambiental: eficiência e prestação de contas .. 194
4. Governança ambiental..... 196

15

PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO 199

16

PRINCÍPIO DA NÃO REGRESSÃO AMBIENTAL..... 203

1. Conceito do princípio da não regressão no direito comparado..... 203
2. O conceito do princípio de não regressão no direito brasileiro..... 205
3. O princípio da não regressão ambiental no direito internacional 207

17

RECONHECIMENTO PROGRESSIVO DO PRINCÍPIO DA NÃO REGRESSÃO 209

Michel Prieur

POSFÁCIO	219
BREVE COMENTÁRIO À RESOLUÇÃO 48/13 DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229